TERMO DE CONTRATO Nº 008/2024
(RECURSOS HUMANOS – ANDREIA APARECIDA DAMACENO)

Contrato de Prestação de Serviço, para atendimento a situação temporária de excepcional interesse público, sem estabilidade, que entre si celebram a Câmara Municipal de Salinas/MG e a Senhora ANDREIA APARECIDA DAMACENO.

CLAUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Salinas, inscrita no CNPJ sob o nº **25.216.102/0001-70**, com sede na Rua Bias Fortes, nº 92, Centro, Salinas/MG, CEP.: 39.560-000, neste ato representada pelo Presidente, EILTON SANTIAGO SOARES, portador do CPF no <<Dados Sensíveis>>, RG nº <<Dados Sensíveis>>, residente na <<Dados Sensíveis>>, e, do outro lado a Senhora ANDREIA APARECIDA DAMACENO, brasileira, casada, autônoma, portadora do CPF nº <<Dados Sensíveis>> e documento de Identidade nº <<Dados Sensíveis>>, residente e domiciliada na <<Dados Sensíveis>>, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente contrato de Prestação de Serviço, por prazo determinado, sob regime especial de direito administrativo, sem estabilidade, para atendimento a situação temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da CF, especialmente para atuar na função exercida pela ex-servidora efetiva Fernanda Gusmão de Oliveira, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços, que solicitou exoneração da Câmara Municipal. O presente contrato sujeita as partes às disposições da Lei 14.133/21, toda legislação substitutiva e complementar, tendo ainda entre si justo e contratado, as cláusulas e condições que se enunciam a seguir e que mutuamente outorgam:

CLAUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA prestará à CONTRATANTE serviço de: **AUXILIAR DE SERVIÇOS**, regendo este contrato pelo período de 03 (três) meses, vigorando a partir da presente data.

CLAUSULA TERCEIRA - A remuneração **mensal** será de: R\$ 2.220,50 (dois mil duzentos e vinte reais e cinquenta centavos) acrescido do Auxílio Alimentação devidamente estabelecido em portaria, ambos proporcionais aos dias trabalhados. Para uma jornada semanal de 30 horas, expressamente.

O pagamento será feito até o 5º (quinto) dia, do mês subsequente e correrá pela dotação orçamentária específica.

CLAUSULA QUARTA - A contratação temporária justifica-se em razão da necessidade de atender o excepcional interesse público de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, submetidos ao regime geral de previdência social, pelo período de 03(Três) meses, o que assegurará a manutenção dos serviços essenciais pela Câmara Municipal de Salinas/MG.

CLAUSULA QUINTA - A Administração Pública poderá, a qualquer tempo, no curso do presente contrato, modificar a jornada de trabalho pactuada, podendo, inclusive, estabelecer turnos de revezamento, de modo que melhor sejam atendidas as necessidades do serviço, bem como solicitar o comparecimento em reuniões ordinárias e extraordinárias que ocorram além do horário da jornada de trabalho, tendo como obrigação, ainda, de estar sempre presente nas sessões de uso do auditório da Câmara Municipal de Salinas, quando solicitado.

CLAUSULA SEXTA - Poderá a administração pública, desde que assim justifique o serviço público e cessada a necessidade dos serviços ora contratados, rescindir, a qualquer tempo, o presente contrato, sem que isto importe em direito a indenização a qualquer título ao **contratado**.

CLAUSULA SÉTIMA - Findo o prazo estipulado na cláusula 1ª, este contrato estará rescindido, independentemente de aviso prévio ou quaisquer indenizações, salvo termo de aditamento prorrogando o prazo, a critério da contratante.

CLAUSULA OITAVA - O presente instrumento poderá ser rescindido antes do previsto nos casos de:

- a) Falta de cumprimento de qualquer das obrigações;
- b) Impedimento legal das partes;
- c) Deixar de executar as atribuições do serviço ou comportar de maneira desrespeitosa e incompatível com a instituição, agir com desídia ou, ainda, deixar de tratar com cordialidade os colegas de trabalho e a população;
- d) Transferência ou cessão do contrato a terceiro, no todo ou em parte;
- e) Com base no interesse público, pautado no poder discricionário do gestor em atuar fundamentado nos critérios de oportunidade e conveniência.

CLAUSULA NONA - Ocorrendo a rescisão sem que haja culpa do(a) CONTRATADO(A) será devidamente realizado o pagamento de todos os dias trabalhados, caso o mês ainda não tenha fechado seu exercício financeiro, bem como o pagamento do 13º (décimo terceiro) e férias proporcionais, como forma de quitar todos direitos e prejuízos eventualmente existentes do Contratado(A).

CLAUSULA DÉCIMA - Este instrumento contratual poderá ser extinto nas hipóteses e condições previstas no artigo 137 da lei 14.133/21 com suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Por conveniência da administração, este contrato poderá ser aditado ou suprimido (conforme disposto no artigo 124 e seguintes da Lei 14.133/21 com suas alterações posteriores), mediante termo aditivo;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada, garantida a prévia defesa, se sujeita às penalidades previstas pela Lei 14.133/21 com suas alterações posteriores;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Pelos motivos que seguem, a Contratada estará sujeita às penalidades previstas nas condições anteriores:

- I. Pelo atraso na prestação do serviço, em relação ao prazo proposto e aceito;
- II. Pela não prestação do serviço, caracterizando-se a falta se a execução não se efetivar dentro do prazo estabelecido na proposta; e
- III. Pela demora em refazer o serviço que for rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 03 (três) dias úteis, contando da data da rejeição.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Salinas-MG, para dirimir quaisquer fatos que porventura vierem a acontecer. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Salinas/MG, 22 de outubro de 2024.

EILTON SANTIAGO SOARES
Presidente

ANDREIA APARECIDA DAMACENO
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: